



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 12**

Estratégias Econômicas em  
Diálogo com a Agroecologia



## **Políticas públicas para promoção da agroecologia no meio urbano: projetos e experiências do Município de Florianópolis/SC**

*Public policies for fostering agroecology in urban areas: projects  
and experiences of the City of Florianópolis/SC*

GONÇALVES, Ana Paula Rengel<sup>1</sup>; ADRIANO, Mexiana Zabott<sup>2</sup>;  
DUARTE, Lorena Paula José<sup>3</sup> e ABREU, Marcos José de<sup>4</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, aprengegoncalves@gmail.com, <sup>2</sup>Universidade Federal  
Fluminense, mexiana@gmail.com, <sup>3</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, lorena.pjd@gmail.com,

<sup>4</sup>Câmara Municipal de Florianópolis, marcosjosedabreu@gmail.com.

### **Tema Gerador: Estratégias Econômicas em Diálogo com a Agroecologia**

#### **Resumo**

A crise ambiental que se apresenta contemporaneamente resulta da superexploração da natureza e da lógica político-jurídica dominante. A agroecologia, por sua vez, constitui um sistema que protege a natureza e a cultura, mas é pouco incentivado. Assim, o tema do relatório são as políticas públicas ambientais, cuja delimitação é a criação de lei municipal em Florianópolis para a aplicação de políticas públicas de natureza agroecológica. São objetivos compreender a agroecologia e seu impacto socioambiental; analisar construção da política pública agrícola em Florianópolis; com base nas experiências, investigar como as políticas públicas podem ser implementadas para fortalecer a agroecologia local. O resultado aponta que a agroecologia produz serviços ambientais, posto que possibilita o exercício de atividades produtivas não-predatórias. A conclusão mostra que as políticas públicas têm potencial de inovar e incentivar a agroecologia, pois ambos visam a gestão sustentável da natureza. A metodologia segue o método de abordagem indutivo e de procedimento o monográfico.

**Palavras-chave:** Agricultura urbana sustentável; princípio do protetor-recebedor; instrumentos econômicos; direito socioambiental.

#### **Abstract**

The environmental crisis results from the overexploitation of nature and the dominant political-legal logic. Agroecology is a system that protects nature and culture, but it is not very encouraged. Thus, the theme of the report is environmental public policies, whose delimitation is the creation of a standard in Florianópolis for the application of public policies for agroecology. The objectives are to understand agroecology and its socio-environmental impact; Analyze the construction of agricultural public policy in Florianópolis; Based on the experiences, to investigate how public policies can be implemented to strengthen local agroecology. The result indicates that agroecology produces environmental services since it protects nature as a productive activity. The conclusion shows that public policies have the potential to innovate and encourage agroecology, since both aim at the sustainable management of nature. The methodology follows the method of inductive approach and of the monographic procedure.

**Keywords:** Sustainable urban agriculture; Protector-receiver principle; Economic instruments; Social and environmental law.



## Contexto

Uma das questões mais proeminentes que o Direito hoje enfrenta é referente à agricultura. A prática agrícola é muito antiga e se confunde com a história da humanidade, uma vez que os seres humanos, cada vez mais, se tornaram dependentes dela e se empenharam em aprimorá-la. Com o planejamento alimentar, a agricultura trouxe o controle da natureza, que é quase que imediatamente associado à degradação dos recursos naturais e compreendida como um dos principais elementos da crise ambiental.

O setor agrícola sofreu várias revoluções. Contudo, é seguro afirmar que a Revolução Verde representa um ponto de mutação. A Revolução Verde potencializou a agricultura moderna, a partir da elevada mecanização, altas taxas de aplicação de fertilizantes e escolha por plantas geneticamente modificadas. Esse tipo de agricultura acarreta em vários problemas de ordem econômica, ambiental e social, inclusive impactando a saúde pública, a integridade dos ecossistemas, a qualidade e a segurança alimentares e, frequentemente, a destruição da vida no campo e dos saberes tradicionais (ALTIERI, 2009, p. 34).

Diante desse espectro, a conexão entre agricultura e sustentabilidade ganhou muita atenção nas últimas duas décadas. A ciência da agroecologia – a aplicação de conceitos e princípios agroecológicos no desenho e gestão dos ecossistemas agrícolas sustentáveis – provê uma estrutura para lidar com a complexidade dos agroecossistemas. Esta abordagem baseia-se na melhoria do habitat, sobre e no solo, para produzir plantas fortes e saudáveis, promovendo organismos benéficos enquanto afeta adversamente as pragas das culturas (ervas daninhas, insetos e doenças) (ALTIERI, 2009, p. 35).

Novas abordagens para a aplicação da agroecologia passaram a ser estruturadas com o objetivo de fortalecer a qualidade dos alimentos em harmonia com a proteção da natureza, da biodiversidade, do solo e da água. Nesse contexto emerge a urgência de atualizar o sistema jurídico com vistas a manifestar a função promocional do Direito. Essas mudanças requerem uma rápida e forte atuação do legislativo, complementando, assim, as políticas ambientais tradicionais com novos mecanismos.

O quebra-cabeça se torna mais complicado ao se observar que 84,4% da população brasileira reside no meio urbano (IBGE, 2010). Da mesma forma, a agricultura urbana trabalha novos conflitos relativos à urbanização e ao acesso alimentar, destacando-se o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A agricultura agroecológica no meio urbano é fruto da necessidade social urbana e periurbana desempregada com disponibilidade para essas práticas. Cumpre destacar que há algumas iniciativas a partir da Coordenação Geral de Apoio à Agricultura Urbana (CGAAU), Departamento de



Promoção a Sistemas Descentralizados (DPSD) da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que promovem a alternativa agrícola.

Nessa conjuntura, foi recentemente apresentado o Projeto de Lei nº 17.002/2017 que cria a Política Pública de Agroecologia e Produção Orgânica no Município de Florianópolis na Câmara Municipal pelo Agrônomo e Vereador Marcos José de Abreu (Marquito – PSOL). A política proposta oportuniza o resgate e a valorização de práticas nutricionais e alimentares tradicionais do Município que vêm garantindo a subsistência desde os primeiros ocupantes da região e o fortalecimento da relação agroecológica que vem sendo desenvolvida ao longo do tempo entre a produção e extração de alimentos, trabalho e natureza.

A formalização da política pública tem a potencialidade de ofertar aos produtores e extrativistas tradicionais, em transição e agroecológicos o fortalecimento das práticas que exprimem tendências do município de Florianópolis, fomentando atividades econômicas com menor impacto ecológico e proporcionando melhor rentabilidade aos produtores, valorização dos trabalhadores, promovendo saúde, educação ambiental, melhora nas condições nutricionais, justiça social e igualdade de gênero, que são diretrizes norteadoras da política que se desdobra.

### **Descrição da experiência**

A iniciativa legislativa municipal é resultado do desdobramento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída pelo Decreto Federal n. 7.797/2012 e tem o intuito de reverberar na esfera municipal as práticas que a política promove.

O PL visa a valorizar e reconhecer a importância dos agricultores e agricultoras que se dedicam à produção agroecológica e orgânica no Município de Florianópolis, proporcionar melhores condições para o desenvolvimento desta prática e estimular mais agricultoras e agricultores a optarem por sistemas agroecológicos e orgânicos. Nesta toada, cria um instrumento para o fomento de sistemas agrícolas sustentáveis, reforçando as estratégias de segurança alimentar, com inclusão social e preservação ecológica.

Por isso, o PL é complexo e com uma importância extraordinária por subsidiar e apoiar o protagonismo liderado por florianopolitanos no cenário nacional como as hortas escolares, hortas coletivas e comunitárias, quintais produtivos, agricultura familiar, agricultura urbana e não urbana, feiras agroecológicas, agroextrativismo, entre outras práticas já adotadas, mas que ainda não contam com apoio formal.



A construção da proposta apresentada como Projeto de Lei - PL - é resultado do acúmulo de contribuições de um coletivo, oriundo de fóruns de discussão sobre a agricultura urbana fomentado pela Rede Semear Floripa, composto por atores dos mais diversos setores da sociedade civil e da administração pública, contando com o apoio e manifestação de técnicos engajados no tema da segurança alimentar e nutricional sustentável, servidores de instituições públicas, instituições privadas ligadas ao tema, agricultoras e agricultores, ativistas ambientais, entre outros.

No âmbito da Câmara de Vereadores, ao iniciar a legislatura (2017-2020) o mandato do Vereador Marcos José de Abreu - Marquito (PSOL/SC) convidou os integrantes da Rede Semear Floripa para retomar discussões a fim de propor projeto de lei. A iniciativa contou com o apoio de pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina e de outras organizações com atividades afins como o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura em Grupo - Cepagro, os membros do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Município de Florianópolis - COMSEAS e técnicos da Prefeitura atuações e lotações em diferentes Secretarias, todos convidados a colaborar na consolidação do documento.

A metodologia de construção do projeto de lei foi participativa, relativamente simples, uma vez que a construção preexistente dava conta de orientar a construção de uma minuta. Foram duas ocasiões de reunião presencial ampliada, com convites à aproximadamente 120 (cento e vinte) endereços de eletrônicos, além de outros *e-mails* que compunham os grupos da Rede Semear Floripa ([redesemearfloripa@googlegroups.com](mailto:redesemearfloripa@googlegroups.com)) e de discussão sobre Agricultura Urbana ([agriculturaurbanafioripa@googlegroups.com](mailto:agriculturaurbanafioripa@googlegroups.com)), para os quais estima-se que o alcance seja de aproximadamente 300 (trezentos) contatos.

A primeira Reunião Presencial agendada para o dia 07/03/2017, às 13h ocorreu na sede da Câmara de Vereadores e contou com aproximadamente 40 (quarenta) participantes de diversas entidades da cidade. A metodologia adotada para o primeiro encontro presencial foi o esclarecimento da forma de construção do projeto que se apresentava. O momento seguinte foi de avaliação sobre a conveniência e oportunidade da apresentação da medida, bem como quando se daria a propositura formal. Cabe esclarecer que aconteceria inauguração do Espaço Agroecológico na Câmara de Vereadores, que contaria com a presença dos expoentes da agroecologia na América Latina, momento que proporcionaria visibilidade qualificada da proposta a ser apresentada. Desta forma, o coletivo discutiu e deliberou que a proposta deveria ser



apresentada no mesmo dia do evento. A minuta do projeto de lei delineado foi disponibilizado ao grupo em forma física (impresso) e eletrônica, que foram objeto de análises e sugestões encaminhadas até a véspera do encontro seguinte.

Agendado para o dia 13/03/2017, no mesmo local, a segunda Reunião Presencial tinha a finalidade específica de analisar e avaliar o resultado das contribuições encaminhadas, julgando pelo acolhimento de cada uma das propostas e finalizando a redação final do projeto de lei. O projeto foi apresentado e protocolado no dia do evento de Agroecologia (14/03/2017) na Câmara de Vereadores de Florianópolis, seguindo a tramitação legislativa corriqueira (pode ser acompanhada pelo *site*: [www.cmf.sc.gov.br](http://www.cmf.sc.gov.br), PL nº 17.002/2017).

O evento contou com a presença dos professores convidados da Universidade de Berkeley, Califórnia (EUA) Clara Nicholls e Miguel Altieri, ambos referências mundial em agroecologia, que estiveram no dia 14/03/2017 na Câmara Municipal de Florianópolis e defenderam mudanças no sistema de abastecimento alimentar, utilizando-se da agroecologia como base para a agricultura sustentável.

Por meio de pesquisa documental foram analisados, o Decreto nº 7.794, de 20/08/2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; a Lei 10.831, de 23/12/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica; a Lei 10711, de 05/08/2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas; e o Decreto nº 7.272, de 25/08/2010, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Foi utilizado como documento de apoio o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO (CIAPO, 2013). Foram igualmente analisados documentos apoiadores desta pesquisa o relatório de convites encaminhados, a lista de presença das audiências realizadas, a minuta do projeto apresentado e as contribuições formalmente oferecidas pelos participantes.

A experiência descrita revela as contribuições da agricultura agroecológica no meio urbano para a promoção da saúde e para a segurança alimentar e nutricional da sociedade. A metodologia adotada visa fortalecer a participação dos agricultores, bem como sua emancipação, aprimorado o desenvolvimento da comunidade.

Os resultados alcançados revelam a necessidade de ter as comunidades como protagonistas no processo de criação do PL sobre políticas públicas e ambiente sustentável. No caso de Florianópolis, ter a lei municipal em relação à política pública para o fomento da agroecologia mostrou que os agricultores ficam mais satisfeitos com normas que permitam sua participação e, como consequência, a lei se torna legítima.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO  
X CONGRESSO BRASILEIRO  
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO  
**12-15 SETEMBRO 2017**  
**BRASÍLIA- DF, BRASIL**

**Tema Gerador 12**

Estratégias Econômicas em  
Diálogo com a Agroecologia



Não olvidando os avanços, a agricultura agroecológica no meio urbano do Município de Florianópolis ainda enfrenta muitas dificuldades em relação à captação de recursos, especialmente no que importa a relação com o Poder Público. Por este motivo, defende-se a continuidade da presente pesquisa, com desenvolvimento de mais políticas públicas e investimentos para a agricultura urbana e agroecológica. Assim, as iniciativas de agroecologia em Florianópolis poderão ser fortalecidas, atingindo mais agricultores e conquistando apoio governamental.

### Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel A. Agroecology, small farms, and food sovereignty. **Monthly review**, v. 61, n. 3, p. 102, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico de 2010**. Acesso em 31 março 2017. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529\\_cap1.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap1.pdf)>

CIAPO, Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. Brasília, DF: MDS; 2013. Acesso em 10 de abril de 2017. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_19/BrasilAgroecologico\\_Baixar.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf)>